

M7 ACESSÓRIOS LTDA

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Pregão Eletrônico nº002/2023

URGENTE

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

**ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**

Data de abertura: 24/02/2023

Horário: 9:00h

A Empresa M7 Acessórios Eireli, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.383.275/0001-30, sediada a Rua Padre Leopoldino Fernandes, 185, Bairro Alto da Boa Vista, Ribeirão Preto — SP, CEP14025-580, por sua representante a Sra. Maria do Carmo Abrahão Salomão, do CPF nº 047.561.968-45 vem mui respeitosamente à Vossa presença apresentar

**REPRESENTAÇÃO COM MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO
PROCESSO**

do edital supracitado, devido aos fatos que se seguem.

1. DOS FATOS

O edital do PE 002/2023, traz em seu bojo um lote único. Tal atitude fere a Lei 8.666/93 e o Princípio da busca da proposta mais vantajosa para a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pois restringe a competição do certame.

Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93, de modo a majorar a competitividade do certame. Anote-se que a adjudicação dos objetos deve ser procedida por itens/lotes, nos termos da Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, devido ao fato de cada item/lote corresponder a uma licitação autônoma:

1 “Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da

totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

2. VIABILIDADE ECONÔMICA DE LICITAÇÃO EM VÁRIOS LOTES

O órgão é obrigado na fase interna do certame proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. Quando a Administração concluir pela necessidade de instauração de licitação deve verificar a possibilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, **permitindo que um número maior de interessados participe da disputa**, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas.

O Tribunal de Contas da União recomenda que a licitação seja procedida por itens/lotes sempre que econômica e tecnicamente viável, cabendo a Administração, justificadamente, demonstrar a vantajosidade da opção feita. Enfim, a licitação por itens ou lotes deve ser econômica e tecnicamente viável, ou seja, a divisão do objeto em vários itens/lotes não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo

Na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores.

Por sua vez, na licitação por lotes há o agrupamento de diversos itens que formarão o lote. Destaca-se que para a definição do lote **a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que o integram, pois os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos,**

M7 ACESSÓRIOS LTDA

de modo a manter a competitividade necessária à disputa. Em determinados casos não é adequado o agrupamento de itens que, embora possuam o mesmo gênero, são produzidos e comercializados de forma diversa, tal como ocorre com o leite e seus derivados, como queijo e iogurtes. Embora possam ser comercializados pela mesma empresa (mercados, distribuidoras de alimentos, etc.), podem ter fabricantes específicos para cada produto, sendo oportuna a divisão em itens distintos, propiciando a participação de cooperativas de leite, indústrias de iogurte, mercados, distribuidores, etc., de modo a ampliar a competitividade e obter o menor preço possível. Todas as características do objeto licitado devem ser avaliadas.

O TCU entende que:

“Na licitação por item/lote, há a concentração de diferentes objetos num único procedimento licitatório, que podem representar, cada qual, certame distinto. De certo modo, está-se realizando “diversas licitações” em um só processo, em que cada item/lote, com características próprias, é julgado como se fosse uma licitação em separado, de forma independente. Quando dividida a licitação em itens/lotos, tem-se tantos itens/lotos quantos o objeto permitir. Na compra de equipamentos de informática, por exemplo, a licitação pode ser partida nos seguintes itens/lotos: microcomputador, notebook, impressora a laser, impressora a jato de tinta; e na de material de expediente, caneta, lápis, borracha, régua, papel, cola, dentre outros. Deve o objeto da licitação ser dividido em itens/lotos (etapas ou parcelas) de modo a ampliar a disputa entre os licitantes. Deve ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica do feito, ter por objetivo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a preservação da economia de escala. (...) Licitação em lotes ou grupos, como se itens fossem, deve ser vista com cautela pelo agente público, porque pode afastar licitantes que não possam habilitar-se a fornecer a totalidade dos itens especificados nos lotes ou grupos, com prejuízo para a Administração. Em princípio, essa divisão só se justifica quando o lote ou grupo for constituído de vários itens para um só local ou ambiente. Por exemplo: compra de moveis, em que todos os itens constantes do lote ou grupo, destinados a um determinado ambiente, devem ser adquiridos de uma só empresa, de forma a manter idêntico estilo, modelo, design etc.”

Desta forma,, tem-se que a regra é a realização de licitação por itens/lotos, exigindo-se a realização de certame por diversos lotes, e não em um único lote, como no presente certame, posto que neste último a competitividade acaba, de certa forma, sendo diminuída, já que impõe-se a um único licitante a cotação de preço global para todos os itens que compõem o lote. As contratações da Administração devem pautar-se sempre pela vantajosidade.

3. IMPOSIÇÃO DE FUNDAMENTO E MOTIVAÇÃO

Os atos administrativos devem ser fundamentados e justificados, inclusive, para fins de controle. Dessa forma, a Administração deve analisar a pertinência e a viabilidade prática dos procedimentos a serem adotados, oportunizando a contratação mais vantajosa sobre todos os aspectos.

Embora a regra geral seja a divisão do objeto em itens, por proporcionar o aumento da competitividade na disputa, admite-se que essa divisão seja feita por lotes compostos de vários itens, sendo que os itens de cada lote devem condizer com a prática de mercado, de modo a assegurar ampla competitividade ao certame.

TCU. Acórdão 2.401/2006. Plenário.

“6.Após a definição do objeto pela Administração e a análise acerca da viabilidade de proceder-se a licitação por itens/lotos faz-se mister definir a modalidade da licitação, que deve, em regra, ser adequada ao valor total a ser despendido (critério econômico). Apenas nos casos de pregão, concurso e leilão é que as características do bem pretendido conduzem a escolha da modalidade. Anote-se que a definição da modalidade em virtude do valor da despesa está em consonância com os princípios norteadores da licitação, posto que assegura isonomia e competitividade proporcional ao dispêndio. Observa-se que

M7 ACESSÓRIOS LTDA

quanto maior o valor da contratação mais amplo e complexo deve ser o procedimento a ser adotado, enquanto para valores medianos a complexidade do certame é proporcionalmente reduzida, sendo possível, inclusive, a dispensa em contratações de baixo custo. Tem-se, portanto, que a definição da modalidade da licitação pelo valor da contratação está relacionada diretamente ao princípio da economicidade. Em virtude do dever de planejar suas contratações, insta pontuar que a definição do valor da contratação deve observar as necessidades da Administração durante todo o exercício financeiro.”

TCU. Acórdão 1976/2013. Plenário.

“considere, para fins de definição da modalidade licitatória a ser adotada, a totalidade dos produtos de mesma natureza a serem adquiridos pela instituição ao longo de um exercício financeiro, tendo em conta os respectivos valores e quantidades (...)”¹² Desse modo, em que pese à possibilidade de utilização da licitação por item/lote em quaisquer das modalidades existentes, a Administração deve adotar, quando cabível o uso do critério econômico, aquela que comporte, em face dos limites de valores estabelecidos no art. 23 da Lei n.º 8.666/93, o custo total da despesa.

Destaque-se que na licitação por itens/lotos, cada um é considerado como uma licitação autônoma e independente, que apenas processa-se de forma conjugada em um único procedimento.

Marçal Justen Filho, ensina:

Na licitação por itens, há um único ato convocatório, que estabelece condições gerais para a realização de certames, que se processarão conjuntamente, mas de modo autônomo. (...) A autonomia se revela pela faculdade outorgada aos licitantes de produzir propostas apenas para alguns itens. Os requisitos de habilitação são apurados e cada

M7 ACESSÓRIOS LTDA

proposta é julgada em função de cada item. Há diversos julgamentos, tanto na fase de habilitação quanto na de exame de propostas. Mesmo que materialmente haja um único documento, haverá tantas decisões quanto sejam os itens objeto de avaliação. (...) Assim, por exemplo, é inválido estabelecer que o licitante deverá preencher os requisitos de habilitação para o conjunto global dos objetos licitados (eis que o julgamento se faz em relação a cada item). (...) Outra imposição defeituosa consiste na obrigatoriedade da formulação de propostas para o conjunto dos diferentes itens”. Verificada a conveniência de realizar uma licitação por itens ou lotes deve a Administração elaborar um edital único contemplando as condições gerais para o processamento do certame, bem como os requisitos específicos que deverão ser cumpridos para cada item/lote, tanto em relação aos documentos de habilitação, se for o caso, como para as propostas a serem formuladas pelas licitantes. Frise-se que devido à existência de um único edital, com as regras e exigências pertinentes a cada objeto (item/lote) licitado, as mesmas deverão ser cumpridas. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15ª ed. Dialética: 2012, p. 311.)

Assegura-se que não há óbices para que as licitantes participem do certame de forma integral, apresentando propostas para todos os itens/lotes, ou que sua participação seja parcial, com oferta para apenas um ou alguns itens/lotes. O grande diferencial dessa licitação é o seu processamento, que assegura economia processual à Administração, já que concentra diversas contratações em um único procedimento. Caso todo o procedimento seja concluído com a homologação e adjudicação dos itens/lotes no mesmo momento, a Administração pode elaborar apenas uma ata, etc., em vista ao princípio da economia processual.

Caso haja a revogação ou anulação de determinado item/lote a contratação dos demais é mantida. Nesse caso, não há necessidade de desfazimento dos atos regularmente praticados, tampouco da formalização dos mesmos, ou seja, não há necessidade de

M7 ACESSÓRIOS LTDA

refazer-se a ata de julgamento ou suspensão do certame para retificação do edital, por exemplo, tendo em vista que o procedimento possibilita inúmeros desdobramentos que devem ser tratados individualmente por item/lote, como licitações autônomas que são.

Este certame engloba o valor de 85.529.375,64 (OITENTA E CINCO MILHÕES QUINHENTOS E VINTE E NOVE MIL TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).

A junção de objetos de natureza distinta restringe o universo de participantes vilipendiando o princípio da competitividade.

O inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93 determina:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

O que ocorre no presente caso, onde se licita um lote único com objetos de diferentes ramos do mercado. A atitude da AMESP, tira totalmente a competitividade do certame, e o direciona.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Tribunal de Contas da União discorrem sobre o assunto.

TJ/SP – LICITAÇÃO – Requisitos – Mandado de segurança, impetrado por empresa impedida de participar de procedimento licitatório, ora agravante, com pretensão de se suspender os efeitos de pregão licitatório que tem por objeto dois serviços distintos: o de monitoramento eletrônico à distância, com instalação de equipamentos nas dependências das unidades do Conselho Regional de Saúde Norte, e o de vigilância patrimonial desarmada; serviços, esses, licitados de forma conjunta – Hipótese – Circunstância em que não se pode vincular no edital, à mesma empresa licitante, a prestação de serviços que, malgrado complementares, são totalmente distintos nas suas características e na especialização que exigem para o seu desempenho, restringindo, demasiadamente, o

M7 ACESSÓRIOS LTDA

número de licitantes, contrariando o interesse público – Ocorrência – Recurso provido. (Agravo de instrumento nº 635.534-5/0-00 – São Paulo – 4ª Câmara de Direito Público – Relator: Thales do Amaral – 29.03.07 – V.U. – Voto nº 6.142)

TCU – Acórdão nº 1.753/2008-Plenário – “9.1.5. oriente os órgãos/entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais a: I – absterem-se de licitar serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica (alarmes, circuito fechado de TV, etc) em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico;”.

Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara, TC 015.249/2014-0, relator Ministro José Jorge, 23.9.2014. **Se o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade”.**

Previamente, cumpre dizer que a Administração Pública tem a competência de anular seus atos quando eivados de ilegalidade, assim como, revogá-los conforme seu juízo de conveniência e oportunidade amparado pelo interesse público. Ocorre que o ato de anulação constitui dever da Administração Pública quando constatada vício insanável que macula o processo. Ou seja, quanto há ilegalidade, de ofício ou por provocações de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei Geral de Licitações. Diferentemente da revogação, que ocorre por conveniência da Administração Pública, constituindo ato discricionário, uma vez que está condicionada ao cumprimento de condições legais, perfazendo o desfazimento da licitação por motivos de conveniência e oportunidade amparada pelo interesse público, devido à fato superveniente

A Lei 8.666/93 em seu Art. 15 determina que:

As compras, sempre que possível, deverão:

[...] IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

M7 ACESSÓRIOS LTDA

O edital ora impugnado, tem no lote único, itens da linha têxtil confecção de camisetas, confecção de mochilas, calças, casacos e Kit de uniforme esportivo, o que não coaduna com os outros itens.

O confeccionista, corta e costura as peças solicitadas, não vende produtos esportivos, e não é um comércio de porta aberta.

ASSIM INÚMEROS CONFECCIONISTAS NÃO IRÃO PARTICIPAR DO CERTAME, POIS NÃO TEM CONHECIMENTO COMERCIAL DOS OUTROS PRODUTOS, SOMENTE CORTA E COSTURAS PEÇAS DE CONFECCÃO. É VISÍVEL O IMPEDIMENTO A COMPETITIVIDADE E A PROCURA PELA MELHOR PROPOSTA QUE É O FIM PRECÍPUO DE TODO PRECEDIMENTO LICITATÓRIO.

Este é o entendimento do Tribunal de Contas de São Paulo, como pode ser verificado nas jurisprudências abaixo colacionadas:

Aglutinação em lote

TCESP

TC nº 16355/989/18 (Relator Sidney Estanislau Beraldo)

A licitação conjunta de itens de natureza distintas como sonorização, iluminação, fechamento do local, banheiro químico, palco e gerador **configura, de fato, indevida aglutinação, uma vez que cada um deles poderia ter sido adquirido separadamente tanto por meio de licitações distintas como pela divisão do objeto em lotes, de modo a atender a finalidade da lei.** Não ignoro que a contratação de uma única empresa para fornecer todos os mencionados itens e serviços facilitaria o controle e acompanhamento da execução, **todavia, a Administração Pública não pode se descuidar de outros aspectos como a fiel observância ao princípio da legalidade, economicidade e isonomia.** No presente caso, não foi apresentada justificativa de ordem técnica ou econômica que demonstrasse a correlação entre os itens licitados capaz de inviabilizar ou não permitir a licitação segregada ou em lotes ou que reclamasse de maneira imperiosa a necessidade de serem contratados conjuntamente. **Nesse contexto, para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliação da competitividade, a Administração deveria ter dividido o objeto em tantas parcelas quantas se comprovassem técnica e economicamente viáveis, observando a natureza dos serviços e equipamentos a serem adquiridos, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93.**

Aglutinação em lote

TC nº 12955/989/16 (Relator Josué Romero)

De fato, se mostra restritiva a forma de composição dos lotes, na medida em que houve, sob diversos ângulos, a união de componentes em blocos que não comportam harmonia interna, independentemente da permissão de participação de empresas reunidas em consórcio. **É o caso da aglutinação de itens personalizados com itens de prateleira; itens sustentáveis com itens comuns; e itens de confecção têxtil (não usuais no segmento) com itens de papelaria (de prateleira).**

Aglutinação em lote

TCESP

TC nº 7748/989/21 (Relator Dimas Ramalho)

A insurgência trazida na representação constitui matéria incontroversa, pois a própria Municipalidade Representada reconhece que a aglutinação de serviços médicos de pronto atendimento com o serviço de transporte de pacientes em ambulância tipo UTI é indevida, **pois congrega atividades desempenhadas por empresas com estruturas e equipes com características distintas, especializadas em seus respectivos segmentos. Configurada a inobservância ao § 1º do art. 23 da Lei n.º 8.666/93 e o potencial restritivo dessa estratégia de contratação, deverá a Municipalidade colocar estes dois serviços para serem disputados em lotes distintos ou em procedimentos licitatórios autônomos.**

Aglutinação em lote

TCESP

TC nº 694/989/20 (Relator Dimas Ramalho)

2.6. Outro aspecto de necessária revisão no edital é a aglutinação de produtos de naturezas distintas em um mesmo lote. Nesse sentido, foi constatado nos lotes a reunião de produtos não padronizados e de manufatura específica, **produtos do ramo têxtil (avental)**, produtos sustentáveis e produtos comuns de prateleira, sendo que cada espécie deverá compor lotes específicos, a fim de ampliar a competitividade do certame.

Aglutinação em lote

TCESP

TC nº 2007/989/18 (Relatora Cristiana de Castro Moraes)

Observo, na sequência, que a aglutinação de produtos de natureza diversa (peças de vestuário e calçados) vai de encontro com o entendimento desta Corte, a teor do que foi recentemente decidido nos autos do processo n.º 1559.989.18-1 e 1598.989.18-4, em Sessão Plenária de 14/03/2018, sob minha relatoria.

3.1 DO ITEM 88 MOCHILAS E DO ITEM 89 MALA COM CARRINHO

ITEM 88- 52.000 MOCHILAS

mochila: mochila com três compartimentos, corpo principal, fole zíper posterior, fole fundo, bolso inferior, alças das costas, foles do bolso inferior horizontal em tecido na cor pantone 17- 6030 tpx, tecido plano de armação em tela efeito rip stop losango com diagonais 8 x 5 mm com 93,20% poliéster e 6,80% poliamida, com gramatura de 355,04 g/m² e espessura de ,35 mm, plastificado com

poli cloreto de vinila sem ftalatos conforme laudos fornecidos por laboratórios credenciados. fole do zíper anterior, foles do bolso inferior vertical, canal do zíper bolso lateral e reforço de alça, em tecidotactel escamado 100 % poliéster, com plastificação em poli cloreto de vinila sem ftalatos, na cor pantone 19-3640 tpx, com gramatura mínima de 431,90 g/m² e espessura de 0,44 mm, conforme laudos fornecidos por laboratórios credenciados. forro em tecido rip stop maquinado 8 x 5 mm, 100% poliéster, com espessura de 0,23 mm e gramatura de 67,38 g/m² na cor pantone 11- 4800 tpx tecido maquinado engomado, para dublagem da costa. ambos os tecidos comprovados por laudos, fornecidos por laboratório de ensaios químicos têxteis acreditado pelo inmetro. corpo principal: na cor pantone 17-6030 tpx, com altura de 340 mm, largura 290 mm, fundo 130 mm, foles corpo com fechamento através de zíper número 6 mm na cor pantone 19-1103 tpx e dois cursores preto de número 6 mm na cor preta, com 480 mm de comprimento, costurado no meio de dois fole zíper, com o mesmo comprimento do zíper, com o fole zíper anterior na cor pantone 19- 3640 tpx, com 30 mm de largura por 480 mm de comprimento, fole zíper posterior na cor pantone 17-6030 tpx com 72 mm de largura por 480 mm de comprimento, perfazendo um total de 130 mm de largura. fole inferior ou fundo na cor pantone 17- 6030 tpx com aproximadamente 640 mm de

M7 ACESSÓRIOS LTDA

comprimento por 130 de largura, contendo um bolso lateral na cor pantone 19-3640 tpx, em material 100 % poliéster tactel escamado, com medidas de 150 mm de largura por 140 mm de altura fechamento do bolso na parte inferior por costura interna, com fechamento na parte superior em elástico de 25 mm de largura na cor pantone 17-6030 tpx, costurado dobrado com 11 mm de cada lado, a 20 mm da costura do foles inferior com o superior, no lado esquerdo da mochila, para suporte de um porta liquido tipo squeeze, deverá conter na parte interna do compartimento principal lado esquerdo etiqueta interna em tecido resistente com a logomarca do fabricante, cnpj, composição dos tecidos e demais informações, em conformidade com a legislação instituída pelo conselho nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial. costas: almofadada, confeccionada na cor pantone 17-6030 tpx em tecido plano de armação em tela efeito rip stop losango com diagonais 8 x 5 mm com 93,20% poliéster e 6,80% poliamida, com gramatura de 355,04 g/m² e espessura de ,35 mm, acoplada com espuma de polietileno expandido de quatro milímetros, e forrado com tecido rip stop maquinado 8 x 5 mm, 100% poliéster, com espessura de 0,23 mm e gramatura de 67,38 g/m² na cor pantone 11-4800 tpx tecido maquinado engomado, e detalhado com uma costura em forma de meia lua na horizontal na parte inferior com 100 mm de altura no centro, e duas costuras na vertical em forma de arco com medida de 50 mm no centro, as costuras iniciam e terminam na parte arredondada inferior e abaixo do reforço das alças. alças de ombro e alça de mão será costuradas juntas sob reforço na parte superior, reforço em cadaço de no mínimo 25 mm de largura tipo ctf, na cor pantone 19-1103 tpx, a 30 mm do friso superior, alça de mão fixada sob alça de ombro com um intervalo de 50 mm no centro, alça de mão com comprimento de 220 mm externo e 20 mm interno para maior resistência, sobre o reforço haverá costura em x com medida de 20 mm de comprimento por 20 mm de altura em ambas as alças. alça de mão em mesmo cadaço do reforço, com uma dobra de 100 mm de comprimento na parte central. alça de ombro com desenho anatômico para melhor acomodação e distribuição de peso, almofadada com espuma de polipropileno expandido de quatro milímetros com 360 mm de comprimento por 65 mm de largura, na parte superior deverá ter 20 mm embutidos no reforço, na ponta oposta ao lado superior terá largura de 25 mm onde será fixado diretamente na alça com dobra de 70 mm com reforço em forma de x um regulador triplo de 25 mm medida aferido na parte interna, parte externa com 40 mm de comprimento por 30 mm de largura com perfeito acabamento, em material plástico preto ou policetal transparente. acabamento da alça com viés tipo boneon de 25 mm de largura na cor pantone 19- 1103 tpx, alça inferior em cadaço tipo ctf, com medidas de 400 mm de comprimento, 40 mm embutidos costurados com um reforço triangular medindo 50 mm x 50 mm x 70 mm na cor pantone 19-3640 tpx, com reforço em x costurada a 30 milímetros da parte inferior das costas nas laterais. parte da frente: composta por 2 divisões, sendo a parte superior ou frente na cor pantone 17-6030 tpx com altura de 340 mm e largura de 290 mm, com cantos superiores arredondados, sobre este, bolso superior na cor pantone 19-3640 tpx a 130 mm, medida apurada da base do bolso até o friso superior, bolso em formato de meia lua, com medida de 230 mm de largura por 105 mm de altura e 20 mm de profundidade com fechamento por zíper número 6 mm com comprimento de 240 mm na cor pantone 19-1103 tpx, canal do zíper na cor pantone 19-3640 tpx com material 100 % poliéster em duas partes medindo cada uma 60 mm de comprimento por 20 mm de largura com total do foles do zíper de 360 mm, no bolso superior será impresso em forma de silk legível o nome do município na cor pantone 11-

M7 ACESSÓRIOS LTDA

4800 tpx, o bolso terá acabamento em friso 4/11 mm extrusado na cor pantone 19-3640 tpx. divisão inferior em três partes anatômica, no centro um bolso em formato de u invertido na cor pantone 17-6030 tpx, com medidas de 180 mm de altura por 240 mm de largura por 20 mm de profundidade, em tecido plano de armação em tela efeito rip stop losango com diagonais 8 x 5 mm com 93,20% poliéster e 6,80% poliamida, com gramatura de 355,04 g/m² e espessura de ,35 mm, fechamento do bolso através de zíper número 6 mm na cor pantone 19-1103 tpx, com um cursor número 6 mm preto, comprimento do zíper 430 mm, canal do zíper com dois foles na cor pantone 19-3640 tpx, com 50 mm de comprimento por 20 de largura com medida total de 530 mm, sobre o bolso material transparente .30 mm onde será impresso em forma de cromia ilegível o brasão do município, bolso contornado por friso 4/11 mm, extrusado na cor pantone 19-3640 tpx. parte inferior em três foles, uma na horizontal acima do bolso com 230 mm de comprimento na parte de cima e 195 mm parte de baixo em material 100% poliéster na cor pantone 17-6030 tpx, dois foles lateral na cor pantone 19-3640 tpx, em tecido 100 % poliéster, na vertical em formato anatômico, com 200 mm de altura, e com 45 mm de largura no encontro com o zíper, dando o formato de u invertido para o bolso. acabamento externo em friso extrusado na cor pantone 19-3640 tpx nos três compartimentos bolso frontal inferior na cor pantone 17-6030 tpx, bolso frontal superior fole zíper horizontal na cor pantone 19-3640 tpx, e compartimento principal na cor pantone 17-6030 tpx. dando armação a mochila. acabamento interno dos bolsos e corpo frente e costa, em fita de 27 mm em tecido não tecido na cor pantone 19-3640 tpx, e gramatura 80 g/m². costura: a mochila deverá ser costurada com fio 60 100 % poliamida nas cores do tecido. medidas: mochila oval com medidas: altura 340 mm, largura 290 mm, profundidade 130 mm.

ITEM 89 MALA COM CARRINHO

ITEM 89 -18.000 MALAS COM CARRINHO.

mala com carrinho: mala com carrinho, ideal para levar os materiais de forma confortável, perfeita para armazenar os pertences com muita segurança e praticidade. mala com medidas de 360 milímetros de altura, por 320 milímetros de largura e 190 milímetros de profundidade, quando acoplada ao carrinho considerar medidas de 420 milímetros de altura por 320 milímetros de largura e 210 milímetros de profundidade. mala em duas partes, frente e costa, com bolso frontal tipo canguru. fole fundo do bolso, foles zíper vertical em tecido na cor pantone 17-6030 tpx tecido plano de armação em tela efeito rip stop losango com diagonais 8 x 5 mm com 93,20% poliéster e 6,80% poliamida, com gramatura de 355,04 g/m² e espessura de ,35 mm, plastificado com poli cloreto de vinila sem ftalatos conforme laudos fornecidos por laboratório credenciados pelo inmetro. material externo acoplado da costa, em tecido na cor pantone 17-6030 tpx, tecido plano de armação em tela efeito rip stop losango com diagonais 8 x 5 mm com 93,20% poliéster e 6,80% poliamida. bolso frontal tipo canguru na cor pantone 11-4800 tpx, detalhe do bolso e fole zíper superior horizontal, na cor pantone 19-3640 tpx, em tecido tactel escamado 100 % poliéster, com plastificação em poli cloreto de vinila sem ftalatos, com

M7 ACESSÓRIOS LTDA

gramatura mínima de 431,90 g/m² e espessura de 0,44 mm, conforme laudos fornecidos por laboratórios credenciados pelo inmetro. parte interna da mala em tecido 100% poliéster, com gramatura 120 g/m², tecido denominado helanca light na cor pantone 19-3640 tpx. frente composta por um bolso em formato canguru, com fechamento através de zíper contraposto número 6 mm, na cor pantone 19-1103 tpx, com um cursor número 6 mm de cor preto, com 600 milímetros de comprimento, bolso medindo 290 milímetros de altura por 300 milímetros de largura na base e 270 milímetros na parte superior, bolso na cor pantone 11-4800 tpx, sobre este com medida de 210 milímetros de altura, mesma largura do bolso, haverá material transparente .30 mm, onde será impresso através de serigrafia ilegível o brasão do município, sobre o bolso na parte inferior haverá um detalhe medindo 80 mm de altura por 300 mm de comprimento em tecido tactel escamado 100 % poliéster, com plastificação em poli cloreto de vinila sem ftalatos, na cor pantone 19-3640 tpx com gramatura mínima de 431,90 g/m² e espessura de 0,44 mm, conforme laudos fornecidos por laboratórios credenciados pelo inmetro, arte fornecida pelo município ao detentor da ata com menor valor, para confecção de amostra, o bolso terá acabamento em friso extrusado 4/11 mm na cor pantone 19-3640 tpx, fole fundo do bolso com medida de 540 milímetros de comprimento por 70 milímetros de largura, na cor pantone 17-6030 tpx, fole superior do bolso com medida de 600 milímetros de comprimento por 70 milímetros na parte central e 70 milímetros nas pontas onde termina o zíper na cor pantone 19-3640 tpx bolso frontal ou frente com acabamento em friso extrusado 4/11 mm na cor pantone 19-3640 tpx, costurado sobre uma divisória em material de boa qualidade, na cor pantone 19-1103 tpx. frente e costa, será unida por zíper contraposto número 8 na cor pantone 19-1103 tpx, com fechamento por dois cursores de número 8 mm na cor preto, zíper com comprimento de 1.100 milímetros, no centro lado direito e esquerdo, parte interna, haverá um cadarço tipo ctf de no mínimo 20 milímetros de largura na cor pantone 19-1103 tpx, por 250 milímetros de comprimento, costurado sob acabamento da parte de frente, a 300 milímetros do fole zíper, em mesma altura na parte da costa será costurado um fecho engate de 20 milímetros com um cadarço de 150 milímetros de comprimento, sob o acabamento, ambos na mesma cor do zíper. costa: costa conformada em material polyroll com ótima dureza para dar uma conformação perfeita, parte externa em tecido na cor pantone 17-6030 tpx, tecido plano de armação em tela efeito rip stop losango com diagonais 8 x 5 mm com 93,20% poliéster e 6,80% poliamida, polyroll com densidade de 150 kg/m³ e espessura de 5 milímetros, acabamento interno com tecido 100% poliéster, com gramatura 120 g/m², tecido denominado helanca light na cor pantone 19-3640 tpx, na parte central da costa parte externa haverá um chanfro para encaixe perfeito do carrinho, parte superior externo, haverá um rebaixo para fixação do carrinho. fixação através de dois rebites, a mala será fixada na base do carrinho através de encaixe e três rebites, dois no fole zíper e um centralizado no fundo conformado da mala, na base do carrinho. costa contornada por zíper contraposto número 8 mm na cor pantone 19-1103 tpx, onde será costurado o zíper, sob o cadarço será costurado um bolso em tecido rip stop maquinado 8 x 5 mm, 100% poliéster, com espessura de 0,23 mm e gramatura de 67,38 g/m² na cor pantone 11-4800 tpx tecido maquinado engomado. com acabamento na parte superior em mesmo cadarço, bolso com medida de 300 milímetros por 300 milímetros. carrinho com rodinhas, alça de mão resistente, para carregamento, e alça de mão para tracionamento do carrinho, mala com carrinho em material resistente, personalizada, leve e de alta resistência, carrinho de alumínio pé duplo para fixação,

M7 ACESSÓRIOS LTDA

amplo espaço interno. acabamento em alto brilho. estrutura, helanca, filme de pvc, polyroll, rip stop losango. a mochila será acoplada ao carrinho através de 5 rebites níquel, rebite e arruela, em aço com 15 mm de altura por 0,5 mm de diâmetro, cabeça com 10 mm de diâmetro por 1,5 mm de espessura, com uma arruela de metal para fixação. estrutura, tecido rip stop, helanca, filme pvc, polyroll. acabamento brilho. acabamento nas junções internas em tecido não tecido na cor pantone 19-3640 tpx em todas as costuras. a mala deverá ser costurada com fio 60 100 % poliamida nas cores do tecido.

Vejam bem, Nobres julgadores, a quantidade total de mochilas é de 70.000 (setenta mil) peças, este montante gira em torno de 6 a 7 milhões.

Ocorre que o setor de confecção de mochilas é bem específico, o descritivo do produto tem excesso de detalhes e solicita laudos. Não é qualquer mochila que pode ser apresentada, tem que ser esta mochila.

Um licitante que tem poder para executar o contrato deste certame deixará de participar, pois não é confeccionista de mochila. A administração, caso estes itens não sejam licitados separadamente terá um grande prejuízo, posto que o licitante irá revender a mochila, e o revendedor terá o seu lucro, e o licitante terá também o seu lucro. Isto quer dizer que o produto acabará superfaturado. Agora se o confeccionista entrar diretamente em um lote só de mochilas, a Administração terá um preço bem melhor, pois neste processo será retirado um dos lucros já que o licitante é o revendedor.

Desta forma é necessário licitar os itens 88 e 89 em lote separado.

3.2. DOS ITENS 3, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 56, 76, 77, 78, 79 e 80

Item 3 - BERMUDA DE PASSEIO Confeccionada em tecido plano, sendo sua estrutura sarja 2x1, composição 100% poliéster, com gramatura de 135g/m² ($\pm 2\%$), sendo seu esgarçamento da trama e urdume 0,00mm, solidez de cor a lavagem doméstica alteração mínimo 4-5, solidez ao suor alteração mínimo 5, solidez da cor a fricção para seco e

M7 ACESSÓRIOS LTDA

úmido resultado mínimo 4, tecido resistente ao estouro. Apresentar LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL TECIDO, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA 2020 ou 2021 GRAMATURA DE TECIDOS PLANOS – NBR 10591:2008 RESISTENCIA AO ESTOURO DE MALHAS – ABNT NBR 13384:1995 ESTRUTURA DE TECIDOS PLANOS – ABNT NBR 12546:2017 ESGARÇAMENTO DE UMA COSTURA PADRÃO – ABNT NBR 9925:2009 SOLIDEZ DE COR Á LAVAGEM DOMESTICA E COMERCIAL – ABNT NBR ISO 105-C06:2010 SOLIDEZ DA COR AO SUOR – ABNT NBR ISO 105- E04:2014 SOLIDEZ DA COR Á FRICÇÃO – ABNT NBR ISO 105- X12:2019 ANALISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA – AATCC 20:2013 E AATCC 20^a:2018.

Item 42-CALÇA COMISSÃO TÉCNICA Confeccionada em tecido plano, sendo sua estrutura sarja 2x1, composição 100% poliéster, com gramatura de 135g/m² ($\pm 2\%$), sendo seu esgarçamento da trama e urdume 0,00mm, solidez de cor a lavagem doméstica alteração mínimo 4-5, solidez ao suor alteração mínimo 5, solidez da cor a fricção para seco e úmido resultado mínimo 4, tecido resistente ao estouro. Apresentar LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL TECIDO, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA GRAMATURA DE TECIDOS PLANOS – NBR 10591:2008 RESISTENCIA AO ESTOURO DE MALHAS – ABNT NBR 13384:1995 ESTRUTURA DE TECIDOS PLANOS – ABNT NBR 12546:2017 ESGARÇAMENTO DE UMA COSTURA PADRÃO – ABNT NBR 9925:2009 SOLIDEZ DE COR Á LAVAGEM DOMESTICA E COMERCIAL – ABNT NBR ISO 105-C06:2010 SOLIDEZ DA COR AO SUOR – ABNT NBR ISO 105- E04:2014 SOLIDEZ DA COR Á FRICÇÃO – ABNT NBR ISO 105- X12:2019 ANALISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA – AATCC 20:2013 E AATCC 20^a:2018

Item – 44 CAMISA COMISSÃO TÉCNICA Confeccionado em Malha Piquet Gola Polo Personalização: Processo automático de tinta.

Item 45-CAMISETA TAMANHO G Material: 100% Poliéster Gramatura: 120 a 140g Personalização: Processo automático de tinta empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

M7 ACESSÓRIOS LTDA

Item 46-CAMISETA TAMANHO GG Material: 100% Poliéster Gramatura: 120 a 140g
Personalização: Processo automático de tinta A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

Item 47 -CAMISETA TAMANHO M Material: 100% Poliéster Gramatura: 120 a 140g
Personalização: Processo automático de tinta A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

Item 48- CAMISETA TAMANHO P Material: 100% Poliéster Gramatura: 120 a 140g
Personalização: Processo automático de tinta. A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

Item 49- CAMISETA TAMANHO PP Material: 100% Poliéster Gramatura: 120 a 140g
Personalização: Processo automático de tinta A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

Item 51- CASACO COMISSÃO TÉCNICA Confeccionada em tecido plano, sendo sua estrutura sarja 2x1, composição 100% poliéster, com gramatura de 135g/m² (±2%), sendo seu esgarçamento da trama e urdume 0,00mm, solidez de cor a lavagem doméstica alteração mínimo 4-5, solidez ao suor alteração mínimo 5, solidez da cor a fricção para seco e úmido resultado mínimo 4, tecido resistente ao estouro. Apresentar LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL TECIDO, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA. GRAMATURA DE TECIDOS PLANOS – NBR 10591:2008 RESISTENCIA AO ESTOURO DE MALHAS – ABNT NBR 13384:1995 ESTRUTURA DE TECIDOS PLANOS – ABNT NBR 12546:2017 ESGARÇAMENTO DE UMA COSTURA PADRÃO – ABNT NBR 9925:2009 SOLIDEZ DE COR Á LAVAGEM DOMESTICA E COMERCIAL – ABNT NBR ISO 105-C06:2010 SOLIDEZ DA COR AO SUOR – ABNT NBR ISO 105- E04:2014

M7 ACESSÓRIOS LTDA

SOLIDEZ DA COR Á FRICÇÃO – ABNT NBR ISO 105- X12:2019 ANALISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA – AATCC 20:2013 E AATCC 20^a:2018.

Item 56- COLETE ESPORTIVO DE IDENTIFICAÇÃO CONFECCIONADO EM TECIDO 100% POLIÉSTER (FIO 72/72 TEXTURIZADO, MALHA DUPLA, DIÂMETRO 28, FINURA 34, SOLIDES DE COR A FRICÇÃO DE 4 A 5, GRAU DE FORMAÇÃO DE PILLING ATÉ 7.000 CICLOS GRAUS 4 A 5), GRAMATURA DO TECIDO: APROXIMADAMENTE 80 GRAMAS/M2 (MAIS OU MENOS 5%). COM ELÁSTICO LATERAL RECOBERTO, PARA AJUSTE NO CORPO. MEDIDAS APROXIMADAS: 65 CM DE ALTURA X 45 CM DE ALTURA, NAS CORES: VERDE (PANTONE: 156340), AZUL (PANTONE: 193952), AMARELO 9PANTONE: 120643), LARANJA (PANTONE: 151157) - JOGO COM 12 UNIDADES.

Item 76 - KIT UNIFORME BASQUETE Confeccionadas em malha 100% poliéster, tecido liso opaco, gola olímpica pespontada com barata interna, e nas mangas punho de 1,5 cm, com numeração, e aplicação de logos em processo automático de tinta, que serão fornecidas posteriormente, contendo: 12 camisetas regatas com Calção em 100% poliéster, elástico e cordão na cintura. 12 pares de meião Cano Curto confeccionado de 40 a 45% poliéster, de 35 a 40% algodão, de 15 a 20% poliamida e de 2 a 7% elastodieno, sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; a empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido através de laboratório credenciado pelo Inmetro. Modalidades: Masculino e Feminino. Arte a ser definida no momento da contratação. Gramatura entre 120 a 140g. A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

Item 77 - KIT UNIFORME FUTEBOL DE CAMPO Confeccionadas em malha 100% poliéster, tecido liso opaco, gola olímpica prespontada com barata interna, e nas mangas punho de 1,5 cm, com numeração, e aplicação de logos em processo automático de tinta, que serão fornecidas posteriormente, contendo: 20 camisetas manga curta com Calção em 100% poliéster, elástico e cordão na cintura. 20 pares de meião confeccionado de 40 a 45% poliéster, de 35 a 40% algodão, de 15 a 20% poliamida e de 2 a 7% elastodieno, sola

M7 ACESSÓRIOS LTDA

acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido através de laboratório credenciado pelo Inmetro. Modalidades: Masculino e Feminino. Arte a ser definida no momento da contratação. Gramatura entre 120 a 140g. A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

ITEM 78 - KIT UNIFORME FUTSAL Confeccionadas em malha 100% poliéster, tecido liso opaco, gola olímpica prespontada com barata interna, e nas mangas punho de 1,5 cm, com numeração, e aplicação de logos em processo automático de tinta, que serão fornecidas posteriormente, contendo: 20 camisetas manga curta com Calção em 100% poliéster, elástico e cordão na cintura. 20 pares de meião confeccionado de 40 a 45% poliéster, de 35 a 40% algodão, de 15 a 20% poliamida e de 2 a 7% elastodieno, sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; a empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido através de laboratório credenciado pelo Inmetro. Arte a ser definida no momento da contratação. Gramatura entre 120 a 140g. A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

Item 79 - KIT UNIFORME HANDBALL Confeccionadas em malha 100% poliéster, tecido liso opaco, gola olímpica prespontada com barata interna, e nas mangas punho de 1,5 cm, com numeração, e aplicação de logos em processo automático de tinta, que serão fornecidas posteriormente, contendo: 16 camisetas manga curta com Calção em 100% poliéster, elástico e cordão na cintura. 16 pares de meião confeccionado de 40 a 45% poliéster, de 35 a 40% algodão, de 15 a 20% poliamida e de 2 a 7% elastodieno, sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; a empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido através de laboratório credenciado pelo Inmetro. Arte a ser definida no momento da contratação. Gramatura entre 120 a 140g. A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

M7 ACESSÓRIOS LTDA

Item 80- KIT UNIFORME VOLEI Confeccionadas em malha 100% poliéster, tecido liso opaco, gola olímpica prespontada com barata interna, e nas mangas punho de 1,5 cm, com numeração, e aplicação de logos em processo automático de tinta, que serão fornecidas posteriormente, contendo: 20 camisetas regatas com Calção em 100% poliéster, elástico e cordão na cintura. 20 pares de meião confeccionado de 40 a 45% poliéster, de 35 a 40% algodão, de 15 a 20% poliamida e de 2 a 7% elastodieno, sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; a empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido através de laboratório credenciado pelo Inmetro. Arte a ser definida no momento da contratação. Gramatura entre 120 a 140g. A empresa deverá apresentar: LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL DO TECIDO E DA GRAMATURA, LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO O INMETRO. COM DATA DO ANO EM VIGÊNCIA.

O problema com itens de confecção são os mesmos em relação a mochila. Os confeccionistas trabalham somente com peças de tecido, as quais confeccionam, é um ramo específico do mercado.

ESTES CONFECCIONISTAS NÃO TEM INTERESSE EM PARTICIPAR DE UM PREGÃO COM INÚMEROS ITENS, NÃO SÃO DO SEU RAMO DE COMÉRCIO.

Portanto ocorrerá o mesmo que acima explicitado. Vai haver uma revenda dos artigos de confecção que irá majorar o preço destes itens, e para que isso não ocorra é necessário licitar estes produtos em item separado, para que a competitividade do certame não seja lesionada.

Salienta-se também que para os itens de mochila e confecção, são solicitados laudos e personalização.

Se colocarmos que os comerciantes de artigos esportivos também não tem interesse em participar de um certame que no mesmo lote tem artigos de confecção, como roupas

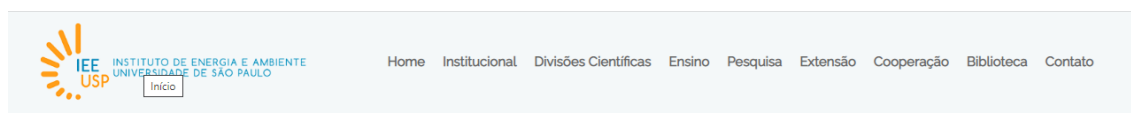
e mochila, a restrição ao certame é enorme, pois existe uma restrição a participação de vários setores do comércio.

4. DO IRRISÓRIO TEMPO PARA CONFEÇÃO DOS LAUDOS

O edital traz em seu bojo o irrisório prazo de 10 (dez) DIAS AMOSTRAS E LAUDOS.

9.4.2.4.1. AMOSTRAS E LAUDOS. 9.4.2.4.1.1. Encerrada a etapa de lances e a empresa declarada provisoriamente vencedora do Pregão, deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias uma amostra dos seguintes itens: (3, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 17, 18, 20, 23, 27, 29, 30, 33, 37, 42, 44, 45, 50, 51, 52, 54, 56, 68, 71, 76, 77, 83, 84, 87, 88, 89, 95, 97, 101, 104 e 116), de acordo com as especificações disposta no Anexo I – Termo de Referência, ficando a adjudicação condicionada à aprovação. Tal amostra deverá estar devidamente identificada com nome da empresa e número do pregão, e deverão estar de acordo com a legislação vigente. As amostras deveram ser entregues juntamente com a embalagem, laudos (dos itens solicitado abaixo).

Um laudo de tecido, conforme retirado do site do IEE USP, traz a informação, que um laudo demora 30 (trinta) dias para ficar pronto. O edital solicita 10 (dez) dias, o prazo solicitado em edital está totalmente fora do tempo exigido pelos laboratórios para entrega de laudo.



SOLICITAÇÃO DE ENSAIOS

M7 ACESSÓRIOS LTDA

As informações solicitadas a seguir são imprescindíveis para a realização dos ensaios, desta forma o IEE/USP se reserva o direito de alterar qualquer agendamento prévio em função da falta de informações, documentos e/ou problemas com corpos de prova (amostras).

A solicitação de ensaio deve ser enviada para o **e-mail:** altaspotencias@iee.usp.br

Após o recebimento do orçamento enviado pelo IEE/USP, o interessado deve confirmar a aprovação da realização do ensaio através do **e-mail:** altaspotencias@iee.usp.br no prazo de 5 dias úteis para ser agendada a data.

Para acompanhamento de ensaio, favor informar pelo **e-mail:** altaspotencias@iee.usp.br.

Os corpos de prova devem ser entregues ao laboratório 5 dias úteis antes da realização do ensaio.

O prazo para emissão do relatório é de 30 dias corridos após a realização do ensaio, desde que, toda a documentação solicitada esteja completa e correta.

<http://www.iee.usp.br/?q=pt-br>

Antes da solicitação de confecção do laudo, é necessário comprar o tecido, o que demanda mais uma semana no mínimo devido a logística.

Deste modo o edital deve ser retificado, para que o prazo de laudos seja adequado ao prazo de mercado.

Somente aquele que tem os laudos prontos conseguirá entregar no prazo do edital, em total contrariedade a Súmula 272 do TCU

SÚMULA Nº 272/2012

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Somente ao licitante vencedor é que deve arcar com este custo, um licitante que não será o arrematante do objeto, não pode ter um custo antecipado.

M7 ACESSÓRIOS LTDA

Deste modo o edital deve ser ratificado, com a dilação do prazo para entrega dos laudos, que são diversos.



DENSIDADE	TRAMA ABNT NBR 10588/2015
	URDUME ABNT NBR 10588/2015
RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E ALONGAMENTO DE TECIDOS	RESISTÊNCIA À TRAÇÃO A O TRAMA ABNT NBR 11912/2016
	ALONGAMENTO TRAMA ABNT NBR 11912/2016
	RESISTÊNCIA À TRAÇÃO A O URDUME ABNT NBR 11912/2016

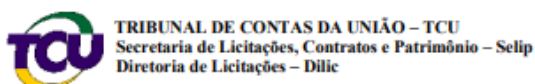
POLIESTER 93,20% POLIAMIDA 6,80	NORMA
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008
ESPESSURA	ABNT NBR 13371/2005
ESTRUTURA	ABNT NBR 12546/2017
TÍTULO DO FIO	TRAMA ABNT NBR 13216/1994
	TRAMA RIP STOP ABNT NBR 13216/1994
	URDUME ABNT NBR 13216/1994

M7 ACESSÓRIOS LTDA

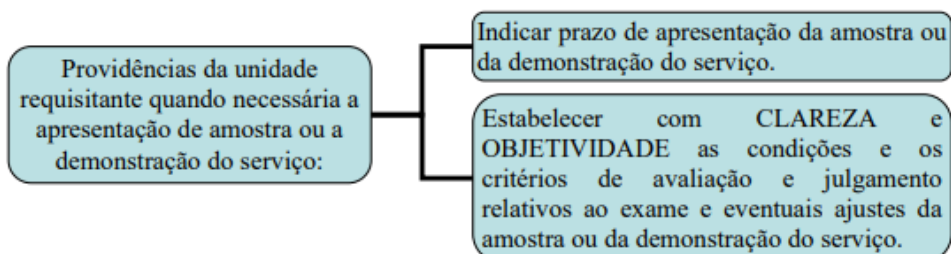
		ALONGAMENTO URDUME ABNT NBR 11912/2016
PILLING		ISSO 12945-1/2000
RESISTÊNCIA ÀO ALONGAMENTO DE TECIDOS	RASGO	RESISTÊNCIA À RASGO TRAMA ABNT NBR 11912/2016
		RESISTÊNCIA À RASGO URDUME ABNT NBR 11912/2016

5. DA FALTA DE ESCLARECIMENTO QUANTO O MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA AMOSTRA

Não há no edital nenhuma linha traçando, os critérios de avaliação da amostra, o que leva ao subjetivismo no momento de sua aferição.



14. Amostra ou demonstração do serviço



M7 ACESSÓRIOS LTDA

ESSA FALTA DE CRITÉRIOS, QUE DEVEM SER PREVIAMENTE ESTABELECIDOS E CONSTAR EM EDITAL, ACABA POR DIRECIONAR O CERTAME, LEVANDO À AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E IMPESSOALIDADE.

O TCU, determina que esteja expresso no edital, as condições e os critérios de avaliação da amostra, e o edital da AMESP, não traz em seu bojo esses requisitos.

“Em obediência ao princípio do julgamento objetivo, as condições e os critérios de avaliação e julgamento das amostras ou dos serviços apresentados devem ser definidos com clareza e objetividade, destinando-se à verificação de que o produto ou o serviço ofertado atende às especificações estabelecidas no instrumento convocatório, especialmente quanto à qualidade, desempenho e funcionalidade”. Manual do Pregão Eletrônico TCU

Jurisprudência do TCU:

Acórdão 2749/2009 Plenário

“Restrinja a apresentação de amostras, quando necessária, aos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar, **e desde que de forma previamente disciplinada e detalhada no respectivo instrumento convocatório**, nos termos do art. 45 da Lei 8.666/1993 c/c o art. 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002 e o art. 25, § 5º, do Decreto 5.450/2005.”

Acórdão 2932/2009 Plenário

“Exija, em processos licitatórios, prova de conceito ou apresentação de amostras, documente os procedimentos que atestaram a avaliação e a homologação ou rejeição do objeto licitado, atentando para a descrição dos roteiros e testes realizados e sua vinculação com as características técnicas e funcionalidades desejadas, em obediência aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, bem assim da

M7 ACESSÓRIOS LTDA

publicidade e da motivação, previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e no art. 2º da Lei nº 9.784/1999.

Acórdão 1512/2009 Plenário

Faça constar dos editais, detalhadamente, os critérios de avaliação, as atividades de aferição de compatibilidade, bem assim os planos, casos e relatórios de teste, quando se tratar de objeto cuja aceitação esteja sujeita a esses procedimentos, viabilizando, sempre que demandado por licitantes, a inspeção às amostras apresentadas, a fim de que os interessados verifiquem a compatibilidade com as exigências contidas no edital, em atenção ao art. 40, incisos VII e XVI da Lei nº 8.666/1993 e garantindo a eficácia ao princípio da publicidade consagrado no caput do art. 3º da citada lei.

6. DO DIREITO

Ressalta-se que tal atitude desta Prefeitura fere frontalmente os princípios elencados no artigo 3º da Lei 8.666/93, principalmente o **Princípio da isonomia e o Princípio da livre concorrência**.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade. Da da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

Esta conduta impacta o **princípio da livre concorrência**, encartado no artigo 170, inciso IV, da Constituição, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública, os quais não podem tolerar manobras tendentes à eliminação da concorrência principalmente no âmbito das licitações, onde se almeja alcançar o melhor preço para a Administração Pública.

M7 ACESSÓRIOS LTDA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV - Livre concorrência;

Especificações como estas, restringem demasiadamente a concorrência, e não tem embasamento técnico e nem legal. Este procedimento pode levar a um direcionamento, o que não pode ser aceito.

A descrição demasiadamente específica, por si só restringe a competitividade já que não haverá três ou mais fabricantes que terão seus produtos aptos para atender as necessidades, e a atender toda especificação solicitada em edital.

Conclui-se, então que esta solicitação pode privilegiar alguém em detrimento de outros conforme entendimento do Tribunal de Contas da União.

Acórdão

Acórdão 2407/2006-Plenário

Data da sessão

06/12/2006

Relator

BENJAMIN ZYMLER

Área

Licitação

Tema

Habilitação de licitante

Subtema

Exigência

Outros indexadores

Justificativa, Direcionamento, Especificação técnica, Restrição, Objeto da licitação, Detalhamento

Tipo do processo

DENÚNCIA

Enunciado

A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação.

Excerto **Voto:** VI - Restrições e detalhamento excessivo nas especificações técnicas constantes do edital. Outro ponto suscitado como irregular diz respeito à especificação técnica dos objetos licitados, a qual, segundo o denunciante, restringiu a competitividade em virtude de detalhamentos excessivos e minuciosos.

M7 ACESSÓRIOS LTDA

44. Consoante a instrução técnica, as especificações do pregão em comento determinam exclusivamente um tipo de material, definindo exatamente as secções dos guias e perfis das divisórias, caracterizando a linha de produção de determinada empresa.

45. [...].

46. A Lei nº 8.666/93, aplicada subsidiariamente para a modalidade de pregão, exige uma adequada caracterização do objeto a ser licitado (artigo 14) e que sua descrição seja sucinta e clara (artigo 40). Desse modo, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo constitui vedação prevista no artigo 3º do mesmo diploma legal.

47. [...]

48. Nesse sentido, ressalta-se os Acórdãos nº 1.229/2004 e 808/2003 e as Decisões nº 55/2000 e 79/2001, todos do Plenário.

49. [...]

50. Por oportuno, deve ser determinado ao Ministério da Integração Nacional que abstenha-se de incluir, nos instrumentos convocatórios, excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, devendo justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores dos bens ou prestadores de serviços o objeto do certame.

7. DA MEDIDA CAUTELAR

Resta claro que se faz premente a suspensão do certame 002/2023. O *fumus boni juris*, está presente na infringência aos ditames da licitação pública estabelecido na Lei 8.666/93, e na Constituição Federal e pela afronta a livre concorrência.

E o *periculum in mora*, em suspender este certame vai prejudicar muitas empresas, que não poderão participar do certame.

8. DO PEDIDO:

Diante de todo o exposto requer-se:

1. A suspensão do pregão 002/2023, para que:
2. **OS ITENS DE CONFECÇÃO DE ROUPAS SEJAM LICITADO EM LOTE SEPARADO;**

M7 ACESSÓRIOS LTDA

3. **OS ITENS DE MOCHILA E MALA COM CARRINHO SELAM LICITADOS EM LOTE SEPARADO;**
4. **QUE O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS LAUDOS SEJA DILATADO;**
5. **QUE SEJA COLOCADO EM EDITAL OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA.**

Termos em que pede deferimento.

Ribeirão Preto, 21 de fevereiro de 2023.

M7 ACESSÓRIOS LTDA